



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Ata n.º 8

6.ª Sessão ordinária da Assembleia Municipal de Portalegre, realizada em 23 de setembro de 2022

Aos vinte e três dias do mês de setembro do ano dois mil e vinte e dois, nesta cidade de Portalegre e no auditório do Centro de Congressos da Câmara Municipal, reuniu a Assembleia Municipal de Portalegre com a presença dos seguintes membros: Luís Miguel Casqueiro Romão, Albano Varela e Silva, Ricardo Jorge Palmeiro Romão, Rui Jorge Batista Martelo, Maria da Conceição Barradas Grilo, Adriano Manuel Alface Bailadeira, Célia Maria da Silva Carreiro, Raúl Alberto Carrilho Cordeiro, João Pedro Ribeiro Luís, Amândio José Valente e Valente, Maria da Conceição Ceia Miranda, Artur Jorge Coelho Correia, André Miranda (em substituição de Filipa Barroso Viegas, nos termos do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação), Ana Isabel da Costa Meira, Sara Maria Esteves Luís Sardinha, Diogo Aragonês (em substituição de Ana Sofia Carita de Oliveira Miguéns, nos termos do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação), Marco António Serra Antunes, Lúcia Oliveira (em substituição de João Paulo Carreço Brazão, nos termos do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação), Pedro Ranheta (em substituição de José Cordas Barradas, nos termos do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação), Francisco Correia Tavares do Carmo Garcia, Carla Lucinda Raposo Mocito, Célia de Jesus Soares, Marília Lacão (em representação de Luís Miguel Candeias Ricardo, nos termos da alínea c), do artigo 38.º, da Lei n.º 169/99), Henrique Manuel Esteves Santinho, Jaime Alexandre da Silva Fitas, Bruno José Marchão Calha, Francisco Manuel Frutuoso Carriço, Nuno Bambulo Raquel Alexandre Reizinho Carita Castelo.-----

O presidente da mesa, Luís Romão, cumprimentou todos os presentes na sala e deu início aos trabalhos, eram vinte e uma horas e dez minutos. Foi verificada a existência de quórum.-----

Intervenção do público

No uso da palavra, Célia Soares perguntou à presidente da câmara se havia previsão de ser retomado o mapa de trabalhos da retroescavadora. As juntas de freguesia já estavam há muito tempo sem aquele serviço e, no que respeitava à sua freguesia (Alagoa) disse não terem qualquer equipamento para fazer face aos trabalhos e os reparos que eram precisos.-----

A presidente da Câmara referiu que o operador da máquina retroescavadora das freguesias se tinha aposentado. Infelizmente, também tinham alguns motoristas de baixa e foram necessárias alterações no funcionamento. Contudo, o saibro estava disponível e tinham para fornecer às freguesias. Estavam a fazer um esforço para



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

retomar, o mais rapidamente possível o serviço que faziam nas freguesias. De qualquer forma, se houvesse uma urgência de trabalhos teriam de deslocar uma da cidade para o local. -----

Período antes da ordem do dia:

O presidente da mesa quis deixar uma palavra de apreço para o anterior colaborador e assessor dos serviços daquela Assembleia Municipal, o Dr. Paulo Bochechas, o qual tinha encarado um novo desafio profissional. Com certeza, também deveria ser a opinião dos anteriores membros da Assembleia Municipal que não poderiam deixar de agradecer o profissionalismo e dedicação que o funcionário teve perante aquela Câmara e Assembleia Municipal. -----

Raúl Cordeiro disse que o PS não podia deixar de realçar aquilo que tinha sido o papel e o apoio prestado pelo Dr. Paulo Bochechas, em especial, naquela Assembleia Municipal. Fê-lo sempre com dedicação, esforço inextinguível e também independência na execução do cargo que lhe foi destinado.

O Dr. Paulo Bochechas fez a sua formação no Instituto Politécnico de Portalegre e sendo funcionário do município desde 1986 e técnico superior desde 2016 sempre pautou a sua vida pela dedicação, quer à profissão, quer no âmbito social, onde foi membro de órgãos de direção e de coletividades. O seu grupo político realçou o profissionalismo e autonomia com que apoiou esta Assembleia Municipal, desejando-lhe votos dos maiores sucessos nas novas tarefas que irá desempenhar. -----

Amândio Valente congratulou-se, igualmente, com a posição tomada pelo presidente da Assembleia em relação ao técnico superior Paulo Bochechas e com a intervenção do membro Raúl Cordeiro, reforçando o profissionalismo e a dedicação do Dr. Paulo à causa municipal, com uma presença sempre corretíssima e muito profissional. -----

O presidente da mesa disse que no dia 27 de junho tinha recebido uma carta remetida pela provedora da Santa Casa da Misericórdia de Portalegre, a qual foi dada a conhecer aos membros daquela Assembleia. A mesma era relativa à moção apresentada pela CDU.

Perguntou se alguém teria alguma consideração a fazer. -----

Raúl Cordeiro disse que já tinha expressado, em sede de conferência de representantes, a posição do PS. Havia ali um conjunto de questões a registar sobre o assunto por em primeiro lugar salientou que a provedora da Santa Casa respondeu a uma carta que não lhe era endereçada. Lembrou que, na reunião daquela Assembleia, deliberou-se emitir uma opinião sobre uma moção da CDU e que a mesma fosse remetida ao bispo e ao presidente das misericórdias de Portalegre. No entanto, a moção teria sido enviada, talvez por lapso, à Santa Casa da Misericórdia de Portalegre.

No entanto, a partir do momento em que a mesma decidiu responder à Assembleia Municipal, a única posição deveria ter sido tomar conhecimento e ponto final.

Em segundo lugar, disse que a resposta que agora fosse enviada iria, completamente, a destempo, pois já tinham passado três meses.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Concluiu, referindo que, a partir do momento em que a provedora da Santa Casa responde nos termos em que respondeu, aquela Assembleia apenas teria de tomar nota e conhecimento. Perante tal questão, o PS não iria acompanhar um voto favorável.-----

Sara Sardinha disse que na reunião de representantes não foi aquilo que o PS manifestou, mas sim que teria de consultar o seu grupo político e depois decidirem. Sublinhou ainda que já não tinha sido ali colocada a hipótese de enviar resposta, naquela sessão.

Estava de acordo que não tinham de responder a todas as pessoas, mas o grupo municipal do PSD/CDS queria que ficasse registado em ata que todos os eleitos àquela Assembleia se regiam pelos valores éticos inerentes ao cargo que desempenhavam e para o qual foram eleitos e, obviamente, não era a provedora da Santa Casa de Portalegre que iria dizer o contrário.-----

Raúl Cordeiro disse que não estava ali em causa a ética. Quando se lia algo de que não se gostava, as pessoas podiam sentir-se afetadas. Contudo, a superioridade e a inteligência revelava-se por não se responder ao mesmo nível daquilo que lhe diziam. Sublinhou que a Assembleia Municipal era o órgão mais digno da representação municipal e merecia respeito.

Entendia que o órgão devia ser protegido por todos os partidos e que, aquando da receção da carta em questão, cada grupo devia ter respondido por si próprio. Eram livres de o ter feito, se assim entendessem. -----

Amândio Valente disse que naquele assunto, embora já tivesse três meses, o presidente daquela Assembleia Municipal tinha ido o cuidado de convocar os representantes dos partidos para discutir o mesmo. No entanto, por consideração, não foi assumida nenhuma decisão pelos presentes devido à ausência de um dos representantes.

Sublinhou que a política era um jogo de palavras e de retórica, que chegava a ser brilhante.

Referiu ainda que a carta em questão era timbrada e assinada por uma responsável duma instituição e dirigida ao presidente daquela Assembleia e à própria Assembleia Municipal. Portanto, no seu entender havia ali a nítida intenção de ofender e desprestigiar a Assembleia Municipal de Portalegre.

Não tinha sido uma resposta informal e sem se pronunciar sobre conteúdo daquela carta, disse que a pessoa que a redigiu, sendo da área da língua, poderia tê-lo feito com maior elevação. Contudo, não podia deixar de se centrar numa palavra, “marginais”, até pelo respeito a muitos dos que eram da sua idade e, inclusive, seus amigos e que triunfaram na vida, também por respeito a todos os diretores e a todos os mestres da instituição dos internados e que eram pais de cidadãos de referência desta cidade, e, por fim, por respeito a todas as pessoas que lá trabalharam, dos funcionários aos diretores.

Em conclusão, disse que, para uma Santa Casa da Misericórdia, estava longe a solidariedade, o espírito cristão e o amor ao próximo. -----

Ricardo Romão disse que, no dia 30 de junho, resolveram dar conhecimento a todos os membros da Assembleia, por uma posição do grupo municipal da CLIP, conforme tinha sido o entendimento anterior, dado pelo presidente da Assembleia Municipal, em relação



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

à liberdade de se pronunciarem. Posteriormente, na reunião de representantes, pareceu-lhe que o assunto não justificava uma resposta da Assembleia.

Por outro lado, não concordava, totalmente, com o que disse o membro Raúl Cordeiro. No entendimento da CLIP, a moção era pública e a provedora da Santa Casa respondeu à mesma e reagiu, conforme lhe aprouve. Estava no seu direito mas, obviamente, a resposta tinha alguns aspetos que feriam aquela Assembleia Municipal.

Portanto, para a CLIP, aquele assunto estava a destempo e devia ficar encerrado.

Pretendeu colocar uma questão relativa ao alerta da comunicação social para uma conferência de imprensa que houve do partido “Os Verdes”, os quais contestavam a construção da vulgarmente designada “Barragem do Pisão”. A CLIP estranhou o facto, embora já tenham havido manifestações de grupos ecologistas, mas o que agora viram foi uma contestação de um grupo político que se fazia ali representar, através da CDU e que nos vários momentos em que aquele assunto ali tinha sido abordado, esteve sempre ao lado da construção da barragem, com várias declarações naquele sentido. Pediu ao representante da CDU e dos Verdes para esclarecer melhor a posição que tinham tomado.

Sublinhou que aquela tinha sido uma “luta conjunta” dos 15 municípios do Alto Alentejo, inclusivamente de municípios com presidentes da CDU. -----

Amândio Valente salientou que a CDU tinha concorrido às eleições autárquicas de Portalegre, no ano passado, com elementos do Partido Comunista, elementos do Partido Ecologista Os Verdes e Independentes. Contudo, o Partido Ecologista Os Verdes não elegeu nenhum eleito à Assembleia Municipal e tinha tomado a posição que entendeu sobre a barragem do Pisão. Recordou ali que a posição do PCP acerca daquela barragem também era clara, era de defesa da mesma. Contudo, tais factos não implicavam que não pudessem estudar as áreas, nomeadamente, do impacto ambiental, bem como as posições da Associação Zero sobre a questão.

Referiu que, naquela Assembleia Municipal, ele não representava “Os Verdes”. Contudo, se tivessem num grupo parlamentar em que eles estivessem presentes, seria o líder do grupo e teria dado a palavra ao eleito dos Verdes para defender a sua tese.

Em conclusão, sublinhou que não tinha mudado a sua opinião em relação construção da barragem do Pisão. Era a favor, tendo em conta a reserva de água, uma gestão equilibrada da terra, a fixação de pessoas e o desenvolvimento regional.-----

Ricardo Romão, achou que a sua pergunta não tinha sido, efetivamente, respondida.

Relativamente às estruturas de cartazes de grande dimensão, espalhadas pela cidade, desde as últimas eleições autárquicas, perguntou à presidente da Câmara quando é que as mesmas seriam retiradas. Questionou se a autarquia já tinha feito algo, no sentido de saber quem as estava ainda a utilizar e qual era a ponto da situação.-----

A presidente da Câmara disse que o seu partido tinha sido o primeiro a retirar toda a publicidade. Pessoalmente, também não gostava de ver aquelas estruturas a perpetuarem-se, quer na cidade, quer nas freguesias, pois não fazia sentido nenhum. Referiu que a CLIP não as retirou todas antes do fim das eleições, mas somente depois. Quanto, às que ainda se mantinham, estranhou que ainda não tivessem sido retiradas e que eram as utilizadas pelo PS, uma vez que já tinham sido contactados pelos serviços



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

da autarquia. Salientou que com a vinda do mau tempo, as estruturas poderiam causar algum perigo à população e tinham de ser retiradas o mais breve possível.-----

Amândio Valente perguntou ao membro Ricardo Romão o que é que não tinha percebido, acerca da posição da CDU, na questão anterior.-----

Raúl Cordeiro, quanto aos suportes da campanha eleitoral disse estarem disponíveis para fornecer os dados em como os mesmos não eram propriedade do PS, mas sim de uma empresa. Havia, inclusive, dois daqueles suportes, em Portalegre, mas que têm tido publicidade do município de Nisa (PS).

O seu grupo político já tinha contactado a empresa para retirarem as estruturas.-----

Ricardo Romão disse que, de facto, tinha havido uma resposta da CDU, mas que não tinha ficado esclarecido. Em relação à intervenção do membro do PS, referiu que não sabiam, até então, de quem eram todas as estruturas. Contudo, a remoção das mesmas ainda não tinha sido concretizada.

Solicitou à presidente da Câmara que provasse que tinha sido o PSD o primeiro partido a retirar todas as estruturas. Sublinhou que havia ali pessoas que podiam confirmar que todos os cartazes da CLIP foram retirados no dia 25 de setembro de 2021. Portanto, os cartazes foram removidos nas vésperas das eleições mas as estruturas não. -----

A presidente da Câmara perguntou ao membro Ricardo Romão se sabia quanto tempo as estruturas tinham ficado na via. Naturalmente, não podia provar que tinham sido os primeiros. Mas nem a CLIP podia. -----

Ricardo Romão disse que a presidente queria ser sempre a última a ter razão. No entanto, não lha podia dar. Salientou que, desde o início tinha falado em cartazes e não em estruturas. Não estavam a falar do mesmo tema.-----

A presidente da Câmara voltou a referir que a candidatura do PSD/CDS foi a primeira que retirou toda a publicidade.-----

Jaime Fitas perguntou à presidente se havia alguma evolução em relação à situação do cemitério da Urra; se havia alguma previsão para o arranque das obras do Largo da Igreja; qual a previsão para os trabalhos necessários nas escolas daquela freguesia e se estava previsto ser feito, ou não, o refeitório na escola de Caia ou se era para manter o contentor.

Perguntou ainda à vereadora Laura Galão se já tinha resposta ao pedido para realizarem uma reunião, o quanto antes.-----

A presidente da Câmara, quanto à questão da lotação do cemitério e do Largo da Igreja, disse já ter feito contactos para se tentar resolver a situação. No entanto, o cemitério era da responsabilidade da junta de freguesia. Obviamente, poderiam ajudar, dentro do possível. Referiu ter falado com o representante da Igreja, dado que o espaço envolvente era propriedade da mesma, além de outros terrenos particulares.

Quanto à Escola da Urra e ao parque infantil, disse que a autarquia iria intervir em 4 parques infantis.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Relativamente ao contentor, compreendia que a existência do mesmo não era a ideal e esperava ter resolução para breve.-----

A vereadora Laura Galão disse que, de todos os emails que recebeu da junta, talvez fosse o único que não respondeu. Contudo, estavam à distância de um telefonema e estaria ao dispor para o que precisasse. -----

Jaime Fitas perguntou, inclusive, se havia alguma previsão para o contrato inter administrativo, o qual se tinha vindo a debater.

Ainda em relação ao contentor na escola de Caia, questionou se era, ou não, intenção da autarquia avançar com a construção do refeitório. O referido contentor já precisava de reparações e a junta gostaria de saber em que ponto ficava a situação.

Por último, perguntou se havia alguma questão que estivesse a barrar a ampliação do projeto da Casa da Urra. -----

A presidente disse que, obviamente, a Câmara de Portalegre tinha toda a intenção de resolver todas as situações. No entanto, não era possível fazer tudo em pouco tempo. Não podia estar naquele momento a assumir todos aqueles compromissos.

Sublinhou que havia centenas de situações para serem resolvidas em todas as freguesias e tinham de ser divididos os investimentos por todos.

Reconhecia o problema da freguesia de Urra, o qual não era só de agora.

Em conclusão, as verbas não eram ilimitadas e era preciso alguma compreensão, da parte de todos.

Quanto ao contrato interadministrativo, havia questões a serem alteradas, mas ainda não tinha nada de novo a acrescentar.

Ainda em relação à ampliação da Casa da Urra, disse não ter o pelouro das obras particulares e não podia responder à questão. No entanto, todos os requerentes têm a porta daquela casa aberta para falarem e tratarem de diversas questões. -----

Jaime Fitas salientou que apenas gostaria de saber se a Câmara tinha intenção de construir o refeitório. -----

O presidente da mesa, não havendo mais intervenções sobre a questão nem moções ou recomendações apresentadas, passou para o período da ordem do dia.-----

Ordem do dia:

1 – Informação da Presidente da Câmara Municipal sobre a atividade municipal, nos termos da alínea c), do n.º 2 do artigo 25.º do anexo I, à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

Albano Silva, relativamente ao relatório em causa, disse que o PS se congratulava pelos passos dados, no sentido do desenvolvimento do projeto da Escola de Formação da GNR, pois tratava-se de um projeto estratégico fundamental para o concelho.

Considerava ter sido um bom exemplo o facto do Município e do Governo se terem sentado para resolver os problemas e concretizar a parceria desejada.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Referiu que também se congratulavam pela finalização de algumas obras que vinham do anterior executivo. Era preciso refletir se podiam ser melhoradas, nalguns casos, mas era importante terem chegado ao fim.

Em relação às obras na Av.^a Francisco Fino, e da ciclovia lá feita, desafiou o executivo a acrescentá-la, numa das laterais, desde a Rotunda do CDOS até à estação da Prio, sem por de parte a construção de novas ciclovias, feitas de raiz.

Quanto aos números presentes no relatório, disse serem indispensáveis, para conhecimento da realidade e havia um esforço para os tornar públicos, o que considerou ser positivo. Realçou a importância do apoio concedido às associações culturais e desportivas, no valor de 75.000€, mas, na área cultural, referiu que tinha ficado a saber que havia 39 instituições de natureza cultural e recreativa, mas que apenas 10 daquelas apresentaram o projeto a solicitar apoio.

Em relação ao desporto, tinham sido apoiadas 31, embora não se soubesse quantas existiam, na totalidade. Portanto, somando aquelas áreas dava um total de 60 associações, o que significava uma força muito grande do movimento associativo, em Portalegre e que também exigia apoios significativos, da parte do executivo.

Sugeriu que a autarquia disponibilizasse uma técnica competente, na área dos projetos europeus, para que as entidades se candidatassem aos mesmos, aumentando a sua capacidade e autonomia financeira.

Acrescentou que um movimento associativo daqueles poderia ser útil no plano educativo do concelho, para o próximo ano letivo.

Pediu ao executivo que pensasse numa forma de ajudar as associações que tinham mais peso no concelho, por forma a terem uma maior projeção, fora de Portalegre.

Disse, inclusive, que o número de utilizadores dos parques desportivos era muito satisfatória.

Relembrou que, na última Assembleia Municipal, tinham ali falado da abertura do parque infantil público da Urra e que a presidente da Câmara referiu que seria arranjado com meios próprios da autarquia. Contudo, o parque continuava fechado.

Por último, disse que o Politécnico de Portalegre tinha anunciado a oferta de mais 170 alojamentos/camas para alunos do ensino superior, em três projetos no valor de 3 milhões de euros. A Câmara Municipal de Portalegre associou-se àquele esforço com outro projeto de mais 24 camas, em parceria com o Politécnico de Portalegre. De registar ainda a recuperação de dois edifícios. No entanto, as residências só estarão prontas em 2024 e o grande problema é durante o corrente ano letivo e o próximo. Preocupava-o como é que a autarquia iria responder, de modo a mitigar a situação.

Infelizmente, soube que havia alunos a desistir da colocação em Portalegre porque não encontravam cá alojamento. O problema era grave e complicado. -----

A presidente da Câmara Municipal, em relação à Escola da GNR, salientou que o projeto foi possível, conjuntamente com o Governo, com quem se chegou a um entendimento e concretização do mesmo. Dentro em breve seria começada a obra de expansão da zona industrial e também as infraestruturas da futura escola. O projeto levará cerca de uma ano a ser executado e, posteriormente, passariam à fase da construção que todos ansiavam.

Quanto à ciclovia, também entendia que deveria ser estendida até à estação de serviço. Em relação às Associações, referiu que o município conseguiu, este ano, dar um apoio melhor. Lembrou que já havia algumas coletividades nos agrupamentos escolares.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Quanto às candidaturas, apesar de terem sido menos candidatos, sublinhou que estava a decorrer uma segunda fase, onde já tinham mais associações a concorrer aos apoios. Disse que o valor de 150.000€ tinha a ver com quatro parques infantis e os contratos a serem lançados para as aquisições dos mesmos. Teria de ser pouco a pouco, dentro do possível. O parque da freguesia da Urra estava a ser recuperado e não estava a ser tão rápido quanto o desejado, pois havia falta de assistentes operacionais nas oficinas municipais. -----

Amândio Valente, em relação às propostas do membro Albano Silva, para as áreas da educação, da cultura e do movimento associativo, disse que as acompanhava. Reforçou a ideia de que recorrendo-se a potencialidades locais era uma importante oportunidade de desenvolvimento, para a cidade e para o concelho.

Na parte do património edificado e cultural, a autarquia também deveria estar atenta. Quanto às questões sociais, referidas no relatório, referiu que, com a inflação prevista pelo governo, a Câmara teria de ficar de sobreaviso com as questões que possam ocorrer, com as respetivas medidas de apoio social e integradas num programa onde poderiam entrar questões como a dos transportes, da água e do apoio à família. -----

A presidente da Câmara, relativamente às residências para os estudantes, disse que sabia que era um problema a escassez, em Portalegre e considerava ser uma pena perder alunos para outros destinos. Congratulava-se com as medidas tomadas pelo IPP e tinha plena consciência de que era um problema a resolver, o mais rápido possível. Quanto aos tempos difíceis de recessão, que se aproximavam, os problemas sociais teriam tendência a agravar. Salientou o facto de terem a transferência de competências, na área social, assumida e teriam de estar atentos às questões futuras e ajudar quem precisar de ajuda, apesar dos fracos recursos. -----

Diogo Aragonês apontou a proposta feita para que o município pudesse facultar um técnico qualificado, para as coletividades, na área das candidaturas e na gestão financeira dos projetos, e referiu que tinha fechado, há pouco tempo, uma linha de apoio financeiro, lançada pela federação portuguesa de futebol, chamada “Crescer 2024”, mas que era provável vir a existir uma segunda fase de candidaturas. Portanto, deixava ali o conselho para que a autarquia estivesse atenta à mesma.

Quanto ao relatório municipal, alertou para o que continuava a suceder com o site do município, visto que quando um munícipe ou alguém que queria visitar a cidade, digitalmente, chegava à página e a mesma apresenta um “risco de segurança”, levando a pessoa a deixar de continuar com a pesquisa pretendida.

Sugeriu que, na parte dos relatórios referentes ao turismo, quando eram indicados os números dos visitantes, pudesse haver sempre o mesmo intervalo de tempo, porque existiam intervalos de tempo diferentes para o número visitantes que nos visitaram nesse espaço de tempo e de espaço turístico para espaço turístico. Provavelmente, a melhor solução seria fazer-se a análise dos dados ao trimestre.

Mais disse ter tentado fazer a proporção do número de visitantes em cada espaço e contabilizar os brindes ou *merchandising* vendidos, tendo chegado à conclusão que o município estaria a vender menos do que aquilo que deveria conseguir vender. O *merchandising* nem seria mais pelo valor económico, mas sim pela possibilidade de quem nos visitava levar um pouco de Portalegre para casa.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Por último, referiu que aquele era já o quarto relatório municipal, daquele executivo, ali apresentado e os postos de turismo eram sempre os mesmos e com informação parecida.

Concluiu, dizendo que para o seu grupo político seria importante que todos percebessem o que é que o município pretendia fazer ao nível da inovação no turismo, em si, assim como qual o caminho a percorrer doravante. -----

A presidente da Câmara, relativamente às candidaturas dos clubes, respondeu que já tinha realizado uma reunião com a Federação e com todos os clubes do distrito, que puderam estar presentes. Foi ainda lançado um desafio, pela Federação, no sentido de ser possível aos clubes a aquisição de carrinhas e também de recuperação dos espaços desportivos dos clubes. Portanto, a autarquia estava em parceria com os mesmos, inclusive na parte das candidaturas e no que fosse necessário.

Quanto ao turismo e às sugestões feitas, pareceram-lhe terem interesse para averiguar quais os equipamentos com mais visitantes.

Em relação às estratégias de futuro, disse que havia ali muitas situações para melhorar e um longo caminho a percorrer. No entanto, havia algo em que já tinham trabalhado e continuavam a fazê-lo que era tornar o concelho mais limpo e mais bonito e melhor apetrechado, de modo a receber que nos visitava.

Foi, inclusive, lançado um livro com referência ao Parque Natural da Serra de S. Mamede, foi constituída uma Associação de Municípios, a qual passou ali, para aprovação, e ainda se pretendia fazer uma série de investimentos, que permitam desenvolver o turismo no Norte Alentejo. Portanto, o município estava atento.

A seu ver, o mais importante era terem a cidade o mais atrativa possível e com os equipamentos cuidados.

Sublinhou outro aspeto muito importante que era o facto de se ter a área da restauração aberta e a funcionar nos domingos, para acolher os turistas. -----

Rui Martelo disse que o grupo municipal do PSD-CDS se congratulava com o trabalho feito com o associativismo, quer a nível da cultura, quer do desporto. -----

Amândio Valente, na questão da ação social, disse que se estava a referir aos programas de intervenção social, de forma integrada, em que vários municípios, de Norte a Sul, já estavam a por em prática, antecipando os problemas que aí vinham.

Perguntou à presidente da Câmara em que ponto estavam as negociações com a COOPOR.-----

A presidente da Câmara disse que a situação da COOPOR já estava resolvida e já tinham devolvido o espaço onde estavam anteriormente à proprietária. -----

Ricardo Romão disse que 70% do relatório da atividade municipal era idêntico ao anterior. A forma de apresentação, entre os mesmos, era diferente, o que tornava a comparação difícil.

Na primeira página, referente à informação escrita pela presidente da autarquia, o espaço temporal era de 18 de junho a 23 de setembro. Recordou que o relatório anterior era de 9 de abril a 30 de maio e, portanto, havia ali um lapso de tempo que não estava contemplado.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Relativamente à questão da incubadora de empresas não tecnológicas, disse que a CLIP tinha perguntado, no relatório anterior, acerca do destino daquele equipamento e no relatório atual já nem estava mencionada. Questionou se estava tudo concretizado e se havia algo em curso.

Em relação aos mercados e feiras, em que era apontado um valor médio de 38 lugares, em vez de se falar em percentagens, como no anterior. Disse desconhecer o total dos lugares do mesmo. A pergunta que colocou à presidente da autarquia era para saber se o executivo conseguia encontrar alguma justificação para a falta de interesse, quer dos vendedores, quer do público, nos dias de mercados e feiras. -----

A presidente da Câmara, quanto ao formato do relatório, disse que não podiam estar sempre a mudá-lo. Tinham acolhido as sugestões feitas pelas várias bancadas, mas a responsabilidade do mesmo era do atual executivo, nomeadamente, da sua pessoa.

Na sua opinião, a forma como era agora apresentado, tinha melhorado substancialmente e era de fácil leitura, com toda a transparência dos números.

Em relação ao lapso temporal, referiu que o relatório em causa começou desde o dia da última Assembleia Municipal, no mês de junho.

Ainda em relação à questão da incubadora de empresas, já muito discutida, disse que o projeto estava concluído e o protocolo também já ali tinha sido falado. Acrescentou que continuavam a reunir com os responsáveis do IPP e estava convicta de que, dentro em breve, resolveriam o assunto, no bom caminho.

Por último, referiu que o último mercado mensal tinha tido uma ocupação de 37%. No entanto, os mercados municipais estavam longe de ter uma ocupação plena, mas a situação já vinha atrás, já há cerca de cinco ou seis anos que vinha perdendo a presença de feirantes, porque se deslocaram para outros locais. Tinha presente que um dos principais motivos para tal facto, tinha a ver com o valor cobrado pelo município, para a instalação dos feirantes nos terrados. O executivo iria resolver a questão quando se alterasse o regulamento de taxas e licenças, o qual estava para breve. -----

Sara Sardinha disse que o grupo municipal do PSD-CDS via com muito agrado o melhoramento que houve naquele relatório. O melhoramento em causa foi a pedido dos elementos e membros daquela Assembleia Municipal.

Por outro lado, lamentava o facto dos outros grupos municipais que, nas sessões anteriores, diziam que nada de novo tinha sido feito mas, contudo, apontavam que o atual relatório era 70% idêntico ao anterior. Para o seu grupo político o conteúdo era mais importante que a forma.

Sublinhou que houve várias situações desbloqueadas por aquele executivo, as quais passou a citar: a empreitada de expansão da Zona Industrial, onde iria ser construído o Centro de formação da GNR; a assinatura do auto de consignação da rotunda com a Nacional 246; as infraestruturas do loteamento da Ratinha; a recuperação da Escola Cristóvão Falcão, todas elas obras estruturantes para a cidade e para todos. -----

Raúl Cordeiro disse que as críticas aos relatórios municipais eram recorrentes e nunca nenhum presidente de Câmara tinha conseguido apresentar um que satisfizesse, completamente, a Assembleia Municipal, em tempo algum.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Acrescentou que naquele relatório existia uma menção à atribuição do prémio 5 estrelas à serra de São Mamede e, perante aquilo, gostaria de saber até que ponto seria vantajoso e que medidas é que estavam associadas à divulgação da serra. Referiu ainda a questão da marca “P”, a qual estava relacionada com a imagem do próprio município e perguntou como estava a decorrer o desenvolvimento da mesma.—

A presidente da Câmara, quanto ao relatório, disse que seria pouco provável haver um que agradasse a todos, no entanto, todos estavam a dar o seu melhor. Em relação à atribuição do prémio à Serra de S. Mamede, disse ter havido um reconhecimento, o qual teve muita visibilidade em diversos órgãos de comunicação social. Tal facto também contribuía para uma melhoria do turismo no concelho. Quanto à marca “P”, recordou que foi criada pelo anterior executivo e que tinha custado ao município cerca de 75.000,00€. Entretanto, a vereadora Laura Galão estava a dar seguimento da marca e de todo o processo inerente, tendo reunido com várias entidades, para se dar mais visibilidade do assunto. Contudo, sabia que havia lacunas no caderno de encargos que precisavam ser aferidas.-----

A vereadora Laura Galão disse estar a acompanhar o processo da marca “P”. Sublinhou que havia um contrato assumido, investimento do município e, acima de tudo, um compromisso. Portanto, a questão teria de ser retomada, com as respetivas reuniões com o Politécnico de Portalegre e com a equipa responsável pelo projeto. O caderno de encargos foi revisto, para garantir que os compromissos de ambas as partes estariam a ser cumpridos. No entanto, devido à pandemia, o processo ficou interrompido. Concluiu, referindo que havia ali muito a fazer, pois o caderno de encargos não estava totalmente satisfeito. Estavam a trabalhar com a equipa do “P”, responsáveis no IPP, os quais estavam em conjunto com a autarquia a encontrar soluções para que o caderno de encargos fosse cumprido na íntegra. Acrescentou que, na promoção do município, já estavam a sistematizar a utilização do próprio logotipo, bem como da continuidade das plataformas informáticas ali associadas.-----

Ricardo Romão disse não ter feito comentários acerca da forma do relatório. Provavelmente, a presidente não tinha tomado em conta o que o próprio disse e respondeu ao lado. No entanto, competia à autarquia, ou não, querer alterar uma coisa que já estava errada. Voltou a salientar o facto de o relatório anterior, na sua capa, tinha a data de 09 de abril a 30 de maio; a última sessão daquela Assembleia tinha sido dia 17 de junho e a presidente da câmara tinha acabado de dizer que aquela informação se referia ao período desde a última Assembleia, ou melhor, de 18 de junho até ao dia em que estavam. Portanto, havia ali um lapso de tempo que não estava a ser contemplado. Embora estivessem no relatório atividades contempladas depois do dia 30 de maio. Apenas gostaria que o documento ficasse corrigido. Por outro lado, questionou a presidente quanto ao Plano Diretor Municipal (PDM), no intuito de saber se existia algum processo a decorrer, no município de Portalegre.-----

Adriano Bailadeira disse ser com agrado que via, na informação da presidente, que o Governo já estava a fazer a sua parte na expansão da zona industrial de Portalegre, uma vez que, até então, a autarquia cumpria sempre com a sua parte e, finalmente, o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

passo estava acertado e a obra ia para a frente. Esperava que com as obras no edifício do Tribunal acontecesse o mesmo.

Chamou a atenção para o facto do membro João Brazão, na Assembleia Municipal de dezembro passado, ter ali feito o desafio da reativação do Conselho Municipal da Cultura. Acrescentou que sempre considerou proveitosas as reuniões coletivas das associações culturais, a fim de fazerem planificações para os eventos da cidade, em conjunto com o município.

Em relação à marca “Portalegre”, disse que a mesma fazia parte dum projeto desenvolvido pelo IPP, conhecido pelo Plano Operacional de Turismo para Portalegre e foi um estudo aprofundado pelo IPP sobre o Turismo no Alto Alentejo, com sinalização das carências. Perante tal, perguntou à presidente se aquele plano, com linhas orientadoras até 2030, iria ser aproveitado para um turismo estratégico no concelho.

Por fim, parecia-lhe que todas as intervenções em curso só tinham acontecido porque a CLIP as iniciou e desbloqueou. Obviamente, que o atual executivo também tinha o seu mérito, mas não se deveria “tapar o sol” e dizer que tudo aconteceu porque aquele executivo cá estava, porque seria faltar à verdade. -----

A presidente da Câmara, relativamente ao futuro Centro de Formação da GNR, disse que nem o Governo estaria a cumprir a sua parte nem o Município de Portalegre tinha ainda cumprido a sua. Atualmente, o município já estava a cumprir e o Governo também. Contudo, o Governo depois teria de cumprir uma outra parte que era a execução da obra, depois do projeto terminado. Foram feitos já protocolos com o executivo atual.

Portanto, entendia que nenhuma das partes tinha efetivado o compromisso.

Ainda em relação à sugestão relacionada com o Conselho Municipal da Cultura disse fazer todo o sentido e a vereadora do pelouro iria dar andamento à questão.

Quanto ao plano estratégico do turismo disse já ser conhecido e a vereadora estava a estudá-lo. Achava que a primeira estratégia a ter, como concelho, era resolver questões que ainda não estavam resolvidas. Não era razoável ter um parque de campismo ao abandono, nem uma cidade devidamente limpa, assim como a falta de uma piscina descoberta com alguma dimensão, etc. Não valia de muito um grande estudo no papel se não se concretizava nada.

Recordou que quem tinha enviado os contratos das obras da zona industrial e da Escola Cristóvão Falcão para o Tribunal de Contas tinha sido o atual executivo. -----

João Pedro Luís elogiou pessoalmente a presidente da Câmara pela visão que tinha do concelho, como um concelho uno, entre a cidade e as freguesias rurais. Realçou que aquela proximidade que se tinha feito sentir entre o executivo e as juntas de freguesia, não se refletia somente no apoio logístico e na cedência de meios às juntas e às associações, mas também na proximidade demonstrada com a presença da autarca e do executivo nas reuniões das Assembleias de Freguesia.

Em relação à Feira das Cebolas referiu ter corrido muito bem e, ao fim do primeiro ano de mandato, era bom sinal de que Portalegre também tinha capacidade de realizar eventos de grande dimensão.

Elogiou também o serviço feito na empreitada de substituição do relvado sintético do campo de treinos do Estádio Municipal.

Por último, ficou satisfeito que o PS tenha reconhecido, com alguma clareza, embora a CLIP não, que a capacidade do executivo atual para desbloquear situações e para



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

reivindicar coisas importantes que estavam prometidas há muito, era incomparável à do executivo anterior. Era preciso reconhecê-lo, não eram meras coincidências. Sublinhou que o seu partido tinha uma equipa competente, que saberia levar a “bom porto” a missão de colocar Portalegre no lugar aonde, há muito tempo, já não se encontrava. Concluiu, dizendo que a questão da falta de camas na cidade e nas residências universitárias era um problema grave e seria importante que o Governo socialista cumprisse o que já vinha prometendo há muito, que era a duplicação das camas universitárias. -----

Amândio Valente gostaria que lhe clarificassem a questão sobre a COOPOR e se o protocolo de 2005 era o que estava em vigor e se foi o que esteve na base da instalação da atual cooperativa, naquelas instalações que foram pagas pela Câmara Municipal.---

Adriano Bailadeira disse ao membro João Luís que a grande diferença do anterior mandato para o atual era que tinha havido consciência de votarem favoravelmente as coisas. Recordou aos presentes as vezes que muitos daqueles procedimentos tinham chumbado, quer em reunião de Câmara, quer naquela Assembleia. -----

A presidente da Câmara, relativamente à COOPOR, disse que não sabia dizer se era o mesmo de 2015, ou mais recente. O protocolo já estava elaborado quando assumiu funções e apenas tinha desbloqueado procedimentos para que se chegasse a um entendimento com a COOPOR. Poderia clarificar, posteriormente, o *timing*.-----

2 – Ata nº. 7, referente à reunião realizada em 17 de junho de 2022;

Raúl Cordeiro disse que iria pedir à mesa uma certidão de teor da mesma, em todos os pontos em que o seu nome era referido e não iria poder acompanhar nenhum tipo de voto favorável, em relação ao que estava naquela ata, pois não estava confortável com o que lá estava escrito, embora não pudesse estar escrito de outra forma.-----

3 – 8.º Relatório de monitorização das ARU’S de Portalegre, Alegrete e Carreiras - Ano de 2021;

- Deliberação da CMP de 4.07.2022 -

Raúl Cordeiro disse que naqueles relatórios o PS já tinha reiterado a necessidade de poderem ser apresentados. Eram documentos técnicos e substanciais, os quais requeriam um tipo de análise pormenorizada. Portanto, valeria a pena que, de futuro, fossem ali apresentados, de modo a que todos percebessem a sua amplitude.

Quanto às ARU’S, referiu que também mereciam uma reflexão, na medida em que comesçassem a ser multiplicadas, mesmo sem ser da forma mais vantajosa. Sublinhou que o facto dum imóvel estar inserido numa área de reabilitação urbana tinha um determinado conjunto de condições e as ARU’S, enquanto instrumento que dispersava por núcleos que não eram iminentemente de natureza urbana, podiam multiplicar uma figura que não teria tanta vantagem.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Mais disse que, infelizmente, estavam num território com pouca densidade populacional, onde se dispersaram medidas que encerravam vantagens, como o facto de um núcleo estar inserido numa ARU. Destacou que tinham, atualmente, Portalegre, Alegrete e Carreiras e que havia a intenção de estender a mais dois núcleos populacionais: Reguengo e Monte Carvalho, e o que poderia acontecer se se continuasse a dispersar o modelo de ARU, era dispersar-se também a capacidade de investimento de outras pessoas que quisessem adquirir imóveis.

Portanto, apesar de aquele ser um relatório técnico, entendia merecer uma apresentação mais detalhada, e até ilustrativa, do que aquele relatório da própria ARU.-

O presidente da mesa disse que o ponto 4 e 5 seriam abordados em conjunto.-----

4 – Relatório semestral - 1.º semestre de 2022, no âmbito do auto de transferência de competências, enviado pela União de Freguesias de Sé e São Lourenço – Para conhecimento;

- Deliberação da CMP de 16.08.2022 -

5 – Relatório semestral - 1.º semestre de 2022, no âmbito do contrato interadministrativo, enviado pela União de Freguesias de Sé e São Lourenço – Para conhecimento;

- Deliberação da CMP de 16.08.2022 -

Raúl Cordeiro reiterou o que já tinha dito, em relação aos relatórios, sugerindo que o relatório pudesse ser apresentado, ou pela presidente de Câmara, ou pela presidente da União de freguesias da Sé e S. Lourenço.-----

O presidente da mesa colocou à consideração da presidente da união das Freguesias e à consideração da presidente da Câmara se queriam fazer alguma apresentação ou se achavam que a documentação fornecida, aos membros daquela Assembleia, era suficientemente esclarecedora.-----

A presidente da Câmara disse que o relatório das ARU'S era um relatório técnico e que se fosse apresentado por alguém, obviamente que faria todo o sentido ser por um técnico do município, com responsabilidade para tal.

Em relação ao segundo relatório, referiu que não faria algum sentido ser a própria a apresentar um relatório que era das juntas de freguesia.-----

O presidente da mesa considerou como boa a proposta feita pelo PS e, de futuro, os próximos relatórios, poderiam ter uma apresentação, pela parte dos presidentes de junta, ou por quem os representasse.-----

Albano Silva, em relação ao relatório da ARU, perguntou se poderiam ainda voltar a debate sobre o mesmo, de modo a elucidar os presentes.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

O presidente da mesa voltou a dizer que tinha considerado a sugestão do PS e, no entanto, não tinha ouvido os outros grupos municipais dizer se estavam, ou não, devidamente esclarecidos com os relatórios apresentados. Gostaria de ouvir a decisão dos outros grupos. -----

Sara Sardinha disse que já poderiam ter falado daquele assunto, aquando da reunião de representantes. Inclusive, foi lá falado na tabela de tempo para discutir aquela questão e ficou acordado que 15 minutos chegariam para debater o ponto em causa. Propôs que fizessem um intervalo para se chegar a um entendimento.-----

Henrique Santinho, relativamente ao relatório de competências, que todas as juntas enviavam, referiu que sempre assim foi feito. Sublinhou que não tinha qualquer problema em apresentar o da sua freguesia. Contudo, entendia ser um desperdício de tempo estar-se ali a apresentar um relatório e, inclusivamente, quem quisesse saber pormenores sobre os mesmos, bastaria assistir às assembleias de freguesia. Concluiu, dizendo que os relatórios eram, basicamente, um descritivo do que se fazia, durante dois trimestres.-----

Amândio Valente perguntou se aqueles relatórios iam às Assembleias de Freguesia.---

O presidente da mesa disse que os relatórios eram apresentados em reunião de Câmara e, posteriormente, eram apreciados em sede daquela Assembleia. Perguntou ao presidente da Junta de Freguesias se queria responder.-----

Henrique Santinho disse que aquele relatório não ia às reuniões das Assembleias de Freguesia. Na próxima Assembleia da sua freguesia iria ler o relatório referente às atividades desempenhadas no último trimestre. E, posteriormente, enviaria o relatório de competências para a autarquia.-----

Raúl Cordeiro referiu que quando se tinha um relatório deveriam ser capazes de o defender. Aquilo que disse anteriormente era apenas uma sugestão, de boa-fé. No entanto, a Assembleia Municipal era soberana para decidir se sim, ou não.-----

Henrique Santinho disse ter entendido a sugestão e não tinha problemas em defender o relatório de atividades que realizava. Contudo, era da opinião que havia assuntos de maior interesse para discutir naquela Assembleia. Mais referiu ser interessante o facto de ali estar um relatório de atividades da União de Freguesias da Sé e São Lourenço, pois, nos últimos três anos, era a primeira vez que assistia a tal facto. -----

6 – Classificação de diversos imóveis como Monumento de Interesse Municipal (MIM) – Para conhecimento;

- Deliberação da CMP de 16.08.2022 –

Amândio Valente disse não ter nada a opor ao conjunto de edifícios que iam para classificação, na sua totalidade. No entanto, na anterior sessão da Assembleia, tinha



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

proposto a introdução, naquela lista, da centenária Cooperativa Operária Portalegrense e a presidente tinha dado boa nota da proposta.-----

A presidente da câmara disse que, efetivamente, ainda não estava incluída naquela proposta.-----

O presidente da mesa disse que o ponto 7 e 8 seriam debatidos conjuntamente.-----

7 - 1.ª Revisão ao orçamento para 2022 dos Serviços Municipalizados de Águas e Transportes;

- Deliberação da CMP de 24.08.2022 –

8 - 1.ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimento para 2022 dos Serviços Municipalizados de Águas e Transportes;

- Deliberação da CMP de 24.08.2022 –

Não houve intervenções a registar.-----

9 - Desafetação do domínio público para o domínio privado do Município de Portalegre dos arruamentos K e L com a área total de 13.817,00 m2, sitos no Loteamento Municipal da Expansão da Zona Industrial de Portalegre, Freguesia da Urra Concelho de Portalegre;

- Deliberação da CMP de 12.09.2022 –

Não houve intervenções a registar.-----

10 - Nomeação da Sociedade Marques, Cruz & Associado – SROC, como auditor externo do município de Portalegre e dos Serviços Municipalizados de Águas e Transportes da Câmara Municipal de Portalegre para o ano de 2022;

- Deliberação da CMP de 12.09.2022 –

Não houve intervenções a registar.-----

O presidente da mesa propôs um intervalo de 5 minutos, antes das deliberações.-----

DELIBERAÇÕES:

2 – Ata nº. 7, referente à reunião realizada em 17 de junho de 2022;

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por maioria, aprovar a ata.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

3 – 8.º Relatório de monitorização das ARU’S de Portalegre, Alegrete e Carreiras - Ano de 2021;

- Deliberação da CMP de 4.07.2022 -

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o ponto. -----

4 – Relatório semestral - 1.º semestre de 2022, no âmbito do auto de transferência de competências, enviado pela União de Freguesias de Sé e São Lourenço

– Para conhecimento;

- Deliberação da CMP de 16.08.2022 -

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento. -----

5 – Relatório semestral - 1.º semestre de 2022, no âmbito do contrato interadministrativo, enviado pela União de Freguesias de Sé e São Lourenço – Para conhecimento;

- Deliberação da CMP de 16.08.2022 -

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento. -----

6 – Classificação de diversos imóveis como Monumento de Interesse Municipal (MIM) – Para conhecimento;

- Deliberação da CMP de 16.08.2022 –

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento. -----

7 - 1.ª Revisão ao orçamento para 2022 dos Serviços Municipalizados de Águas e Transportes;

- Deliberação da CMP de 24.08.2022 –

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o ponto. -----

8 - 1.ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimento para 2022 dos Serviços Municipalizados de Águas e Transportes;

- Deliberação da CMP de 24.08.2022 –

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o ponto. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

9 - Desafetação do domínio público para o domínio privado do Município de Portalegre dos arruamentos K e L com a área total de 13.817,00 m², sítos no Loteamento Municipal da Expansão da Zona Industrial de Portalegre, Freguesia da Urra Concelho de Portalegre;

- Deliberação da CMP de 12.09.2022 –

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o ponto. -----

10 - Nomeação da Sociedade Marques, Cruz & Associado – SROC, como auditor externo do município de Portalegre e dos Serviços Municipalizados de Águas e Transportes da Câmara Municipal de Portalegre para o ano de 2022;

- Deliberação da CMP de 12.09.2022 –

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o ponto. -----

Aprovação em minuta:

O presidente da mesa chamou a atenção dos presentes para a necessidade de ser efetuada a votação à minuta da ata. Após votação dos membros, foi a mesma aprovada por unanimidade. -----

FALTAS: Não houve faltas a registar. -----

ENCERRAMENTO:

=====

Não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo presidente da mesa, encerrada a 6.^a sessão ordinária da Assembleia Municipal, eram 00:05 do dia 24 de setembro do ano de dois mil e vinte e dois e da qual foi lavrada a presente ata, que será devidamente assinada, nos termos da lei. -----

(escrita conforme o novo acordo ortográfico)